

DITADURA CIVIL-MILITAR DO ESTADO NOVO (1937- 1945) E FAMÍLIA: UMA PROPOSTA DE CAMPO INVESTIGATIVO

Fábio Roberto Wilke*

Gláucia Vieira Ramos Konrad**

A finalidade desta elaboração¹ reside em identificar, através de elementos dispostos na historiografia relativa ao período da Ditadura Civil-Militar² Estado Novo no Brasil (1937/1945), como a família³ exibiu relevância política para o período em questão. Como complemento, busca-se interpretar a família como sendo passível de ser objeto de pesquisa próprio, relacionada com sua instrumentalização política por parte do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Para dar conta desta problemática, realizaremos uma breve incursão sobre a historiografia produzida sobre a família no Brasil.

Esta empreitada torna-se uma missão um tanto quanto difícil pois, ao realizar um levantamento geral a partir das principais obras de pesquisa historiográfica que voltam-se para a relação entre História e família, podemos perceber dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, evidencia-se o relativamente tardio estabelecimento desta temática enquanto pesquisa histórica consistente⁴, pois como nos demonstra Sheila Faria (1997), apenas no final dos anos

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

** Orientadora. Professora Adjunta do Departamento de Documentação. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM - Mestrado e Doutorado.

¹ Este artigo constitui-se enquanto expansão modificada do capítulo "História e família: revisitando a temática" contido na monografia "Estado Novo (1937-1945) e família: uma relação política revisitada". (UFSM/2014) a qual permanece inédita. Contém revisões e adicionais teóricos.

² Após reflexão teórico-conceitual consideramos a utilização do conceito de "Ditadura Civil-Militar do Estado Novo (1937-1945)" por avaliarmos que o processo de sustentação da Ditadura de Getúlio Vargas ocorreu com o apoio de setores militares, mas também de civis, como por exemplo, os intelectuais propositores tanto de ideias autoritárias como de políticas públicas ligadas ao regime, bem como políticos de pensamento autoritário. Ao mesmo tempo, acreditamos que há a possibilidade de compreensão deste período a partir da deflagração e posterior estabelecimento de uma Ditadura de acordo com os interesses maiores do Capital econômico. Não se faz à toa toda a verticalização e centralização política autoritária do Estado com o intuito de estabelecer uma prática segura e eficiente tanto na produção quanto nas relações de trabalho. Centralização esta amparada em uma considerável e talvez inédita estruturação burocrática criada por Getúlio que tornou possível e eficiente muitas de suas ações. Conceito este já utilizado por parte da historiografia, porém se referindo ao período que tem início em 1964.

³ O conceito de família ainda está sob avaliação teórica. Apesar de apresentar características históricas, ainda há poucos estudos, sobretudo no Brasil, relacionando alguma questão histórica a este grupo social, principalmente quando nos referimos ao século XX. Por enquanto, provisoria e criticamente utilizaremos a ideia central de família presente em DIAS, Maria Olívia. **A família numa sociedade em mudança: problemas e influências recíprocas.** In. Gestão e Desenvolvimento, 9 (2000), p.81-102.

⁴ Segundo a historiadora Sheila de Castro Faria, nos anos 1950 surgiram os primeiros trabalhos relacionando família e História no Ocidente. Depois disso, na década de 1960, esta temática se tornou uma área de pesquisa consolidada. Porém, a proliferação de trabalhos ocorreu somente por volta dos anos 1970, enquanto,

1970 e início dos anos 1980 o estudo da família ganhou certo espaço dentro da pesquisa histórica no Brasil. Em segundo lugar, é preciso constatar a forma como a família foi abordada pelos historiadores enquanto objeto central de pesquisa.

Esta consideração nos indica como são escassos os trabalhos que consideram a família especificamente enquanto elemento social que, ao mesmo tempo em que se utiliza das políticas públicas para a sua própria reprodução, é instrumentalizada pelo Estado enquanto um fator político. Para corroborar nosso argumento, podemos nos remeter à resenha bibliográfica de 1980 elaborada por Lia Fukui a qual, realizando um balanço dos estudos tendo como tema a família, nos mostra que:

Os quatro levantamentos bibliográficos sobre os estudos de família no Brasil, estão associados a interesses precisos e têm abrangências diversas. Alcântara (1966), com 54 títulos, abarca publicações até 1965 e está centrado em relação família/educação; Fukui (1970), com 116 títulos, abrangendo demografia, antropologia, psicologia social e sociologia (abarca publicações até 1968), interessa-se primordialmente por grupos brasileiros; Mediria (1974) com 123 títulos - a mais completa - é precedida de ensaio teórico sobre as transformações ocorridas na família, tomando como referência a alteração na posição da mulher; não obstante, não utiliza no ensaio a bibliografia brasileira que apresenta em fichas analíticas de publicações efetuadas até 1970. Por último, a bibliografia com entrada da Fundação Carlos Chagas (1979) de "caráter multidisciplinar e amplo" (abarca publicações até 1976), é centrada no tema mulher brasileira. Subdivide-se, em seu primeiro volume, em História, Família, Grupos Étnicos e Feminismo e, em cada um a destas partes, contém comentário crítico; na parte de família, tem 97 títulos e fichas resumo (1980:2).

Ao mesmo tempo, estudos e levantamentos bibliográficos sobre a História da família⁵ podem nos ajudar a compreender duas linhas gerais de estudo sobre a família no Brasil. Por um lado, há aquele ligado à concepção de família enquanto uma estrutura social, sendo considerada como uma engrenagem estrutural do funcionamento do próprio poder. Aqui, ela não é apreendida como um grupo para o qual as políticas públicas do Estado podem ser

no Brasil, a consolidação ocorreu somente nos anos 1980. Cf. História da família e demografia histórica. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo Vainfas (orgs.). **Dominios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 353.

⁵ Ver: TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas teóricas. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, 2000; CASTANHO, Maria Amélia Belomo. A família nas constituições brasileiras. **Argumenta-UENP**, Jacarezinho, n. 17, p. 181-204, 2012; SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, 2(2): p. 7-21, jul/dez. 1997; SAMARA, Eni de Mesquita. A História da família no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 17, p. 07-35, set. 88/fev. 89; SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. **Psicologia USP**, São Paulo, 3 (1/2), p.69-76, 1992; FUKUI, Lia F. G.. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. **Revista BIB**, n.10, Rio de Janeiro, 1980 e; FONSECA, Cláudia. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **BIB**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 27, p. 51-73, 1 sem. 1989.

voltadas. De outra forma, a família é apreendida, podemos dizer, enquanto grupo constituidor do próprio poder do Estado, através de suas redes de influência e da constituição de relações - relações essas que se desenvolvem, por um lado, através do uso da força e da violência e, por outro, através de coligações políticas regionais e federais.

Diante disso, resta claro em nosso entendimento, que estas análises privilegiaram certa parcela da sociedade, ou seja, aquela constituída enquanto elite política e/ou econômica, a qual agia ou poderia agir em consonância ao poder do Estado, visto sua ampla rede de relações estabelecidas com os meandros do poder. Nesta concepção, podemos traçar uma linha que tem origem em Oliveira Vianna⁶, com seu modelo de organização social, através da noção de clã parental, como nos elucida Marisa Tayra Teruya :

Uma sociedade organizada em torno das “famílias senhoriais” , de tradições aristocráticas, que comandavam os clãs parentais e que substituíam instituições de ordens administrativa e política, num sistema caracterizado pela concentração fundiária, escravidão, dispersão populacional e descentralização administrativa. Esta sociedade podia ser apreendida através de seus tipos sociais, suas instituições sociais e seus usos e costumes (2000:5).

Até Gilberto Freyre, que em seu consagrado livro *Casa Grande & Senzala*, nos traz o conceito de “família patriarcal”. A partir disso, a historiadora Marisa Teruya nos traz um esclarecimento sobre a constituição do conceito de família patriarcal quando nos diz que:

O modelo de família patriarcal pode ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. Ainda se caracterizaria por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multi-funcional (2000:3).

É preciso que atentemos para o fato de que as análises sobre a família demonstradas tanto em Oliveira Vianna quanto em Gilberto Freyre, estão voltadas para o entendimento do contexto colonial e para o período em que o Brasil esteve sob a égide do Império, não respectivamente. Ou seja, no que tange ao recorte temporal específico aqui estabelecido, este resgate conceitual importa para a análise da evolução da historiografia relativa ao tema, bem como para o entendimento de como se constituíram enquanto sólidos paradigmas, durante

⁶ VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Edições do Senado Federal, v. 27. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005.

décadas, sofrendo críticas e adesões por parte da historiografia. Como podemos perceber, de acordo com Marisa Tayra Teruya, em um artigo que discorre sobre a família na historiografia brasileira:

Ao tratar a família como uma representação microscópica da ordem social, estes autores falharam no foco sobre a dinâmica na formação e organização da vida familiar. O resultado foi um estudo das atitudes culturais mais do que das condições sociais. A tipologia do caráter nacional representa somente a cultura dominante, e exclui uma variedade de experiências familiares, entre outros grupos sociais (1989:7).

Dito isto, não nos proporemos neste trabalho a aprofundar tais conceituações, as quais são ligadas a um contexto histórico do qual não faz parte nossa elaboração, mas que por sua potência explicativa auxiliam na construção do conceito de família no Brasil, construção esta que, então, nos interessa. Também é preciso ressaltar a dinâmica de apreensão exposta por Vianna e Freyre em seus trabalhos. A família, para estes, é pensada de uma forma que se constitui enquanto relação próxima ao Estado. Uma relação estabelecida pelo alto. A família, as famílias, ou clãs parentais são analisados enquanto, poderíamos dizer, a própria extensão do poder estatal, ou talvez enquanto propriamente constituidora deste.

Ressalta-se que o modo de abordagem pretendido neste trabalho diferencia-se do desenvolvido por Vianna e Freyre. Aqui, pretende-se compreender a relação da família com o Estado, porém enquanto instituição, grupo ou grupos sociais que não mais detêm a capacidade de correlação, quase sem intermediários com o poder estatal. Da mesma forma, busca-se entender estes grupos sociais que se relacionam de formas diversas, valendo-se das políticas do Estado e sendo, do mesmo modo, instrumentalizados pelo mesmo, em uma relação complexa, ora de apoio, ora de conflito. Estes grupos aqui tratados, constituem-se enquanto parcelas da Sociedade desprovidas de capital econômico considerável, sendo sua força de trabalho o seu elemento primordial de sobrevivência. Deste modo, a relação estabelecida com o poder se desenvolve de uma forma oposta àquela pensada pelos autores já citados. Além do mais, a dinâmica de estabelecimento e construção de um capitalismo industrial no Brasil refaz ou acentua algumas relações sociais, de modo que a própria relação Sociedade x Estado é modificada. Não mais privilegiando - ou não somente mais - o trato com as influentes ramificações familiares, mas sim articulando relações de poder tensionadas com os diversos grupos ou categorias sociais ascendentes.

Seguindo nossa trilha historiográfica, podemos perceber a constituição de outra grande linha teórica explicativa da relação entre a família e a História, aquela em que não mais se pensa a família enquanto uma estrutura de parentesco e relações tal qual à pensada por Freyre e Vianna em relação ao mundo colonial, mas sim percebendo a família enquanto um grupo ou instituição que sofre os efeitos da modernidade e do processo de industrialização na formação econômico social capitalista brasileira. Podemos perceber, do mesmo modo, que nestes trabalhos começa-se a pensar a instituição familiar não mais pelo alto, mas sim as organizações familiares comuns, que não possuem o poder de intervenção em relação àquelas analisadas anteriormente.

De acordo com os levantamentos bibliográficos pesquisados, estes são trabalhos desenvolvidos a partir dos anos de 1980 e que se estendem pelos anos 1990, chegando até a atualidade. De certo modo, é o princípio de uma análise da família “comum”, aquela que sofre mais diretamente as influências tanto das políticas públicas quanto das transformações do mundo do trabalho. Diante disso, podemos observar o surgimento de um novo espectro de trabalhos de pesquisa, abordando temáticas variadas como estudos de comunidade, pesquisas sobre mudança social, dinâmica social, dinâmica populacional e força de trabalho, parentesco e representações (FUKUI, 1980). Esta é uma linha em que se percebe a influência ou a aproximação com as Ciências Sociais, de modo geral, acompanhando um movimento mais amplo de aproximação da ciência histórica com a sociologia e a antropologia. Assim, os trabalhos de pesquisa referentes a essa nova concepção, preocuparam-se com fatores distintos daqueles dos pensadores referidos acima, ligados majoritariamente ao Antigo Sistema Colonial. Como já dissemos, esses não mais voltam seus esforços para aquele modelo de família patriarcal, ou estrutural, que contém em si a própria engrenagem do poder⁷. Mas sim a elementos que estão ligados à relação entre a organização e constituição da família e o desenvolvimento da industrialização e seus efeitos sociais e econômicos decorrentes.

De certa forma, em nosso entendimento, a família começa a ser apreendida de uma forma mais dinâmica, sofrendo os efeitos do processo histórico, que se desdobra em questões de ordem econômica, cultural, social e política. Muito desta influência pode ser percebida devido à Escola de Chicago de Sociologia, a qual, ancorada nos trabalhos de nomes como Émile Durkheim, Georg Simmel, Charles Cooley e Max Weber, dentre outros, desenvolveram

⁷ Acreditamos que ainda existem constituições de poder que se dão através de relações familiares. Porém, no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, estas relações são ligadas ao capital financeiro e de ações econômicas de valor estratégico.

seus trabalhos de acordo com uma perspectiva de relações familiares inseridas em um contexto maior das relações da racionalidade econômica (TERUYA, 2000, p. 8). Ao mesmo tempo, não podemos nos esquecer da influência exercida tanto pela antropologia quanto pela história social francesa. Nomes como Philippe Ariès e sua influente obra *História social da criança e da família*, lançada em 1960, ajudaram os pesquisadores brasileiros a abordar a família de forma diferente, tanto no que diz respeito ao método quanto à linha teórica, como nos diz Marisa Teruya (2000, p. 14), citando Philippe Ariès: “unindo a 'descoberta da infância' com as transformações da família e da estrutura social, Ariès impulsionou toda uma geração de pesquisadores. Chamou atenção para o uso de fontes até então ignoradas, como a iconografia e a arte”. Ao mesmo tempo, podemos citar Jacques Donzelot e seu livro *A polícia das famílias*, de 1986, que discorre sobre a relação estabelecida entre o Estado Francês e suas políticas públicas em relação à família, desde o século XVII até o século XX. Deste modo, após essa breve incursão diante do desenvolvimento da historiografia sobre a família no Brasil, podemos tecer algumas considerações.

Percebe-se que mesmo que a História da Família esteja consolidada no Brasil desde meados da década de 1980, muito ainda há para se construir, tanto teórica quanto metodologicamente. Ao mesmo tempo, as formas de abordagem são as mais variadas possíveis, contendo todas as variantes interpretativas que um grupo social diverso como a família pode conter. Esta é uma das forças deste objeto de pesquisa, a nosso ver, pois ele contém em si a possibilidade de inúmeras formas de abordagem, devido sua característica de mutabilidade, de acordo com o contexto histórico em que está inserido.

Afirmamos, deste modo, a historicidade deste grupo social. A família deve ser apreendida sem dogmas e sem o teor conservador que às vezes lhe é imputada. Também, é preciso que ela seja encarada dentro do contexto maior da processualidade histórica. A família não é natural, é social. Constitui-se enquanto uma organização estabelecida por padrões sociais que variam de acordo com a sociedade a que se se refere. Ao mesmo tempo, podemos observar até mesmo a sua inexistência em organizações sociais que diferem sua estrutura da organização exibida pelo mundo capitalista ocidental.

Do mesmo modo, percebe-se que o estudo da família, especificamente dentro da ciência histórica, ainda está fortemente ligado ao período colonial⁸. Se não mais obedecendo

⁸ Podemos citar como exemplos as obras de: REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Também SLENES,

aos conceitos elaborados pelos pesquisadores da primeira metade do século XX, ao menos seguindo o seu recorte histórico, abordando temas como família escrava, bem como a relação de parentesco e de solidariedade entre extratos variados da sociedade, influenciados, de certa forma, pelos estudos da história social francesa. Algo que se constitui enquanto considerável aprofundamento e complexificação do tema, sem dúvida, além de avanço no trato e leitura das fontes. Trabalhos, da mesma forma, de grande refino intelectual, os quais são responsáveis, podemos dizer, por uma "virada historiográfica" nos estudos sobre escravidão no Brasil.

Igualmente, denota-se que a pesquisa sobre a família no Brasil, referindo-se ao recorte espaço temporal do século XX, ainda está majoritariamente absorvido pelas disciplinas das Ciências Sociais, ficando afetada a pesquisa histórica de sociedades mais próximas do tempo presente. Esta afirmação, diga-se, está assentada no esforço de pesquisa realizado ao que se refere à produção historiográfica em questão. Pesquisas antropológicas, sociológicas e econômicas ainda são as que dominam este campo de estudo. Assim, viemos, através desta elaboração, reivindicar o estudo da família sobre os pressupostos históricos, apreendendo-a enquanto um objeto passível de pesquisa e como instrumento político utilizado pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas no Brasil. Ao mesmo tempo, consideramos importante o estabelecimento de um diálogo próspero entre a História e as Ciências Sociais, no sentido de um apoio mútuo, que vislumbre um maior entendimento e uma complexificação do tema em questão.

Sendo assim, e nos concentrando em nosso recorte e tema específicos, consideramos a pertinência em compreender os mecanismos de ação institucional da Ditadura Civil-Militar do Estado Novo em relação a instituição familiar, a qual reside no fato de que este é um dos instrumentos no qual governos, sejam democráticos ou ditatoriais, lançaram mão em diversas conjunturas históricas como forma de implementação e manutenção de projetos políticos de poder. Ao mesmo tempo, a família é uma organização ou instituição social que possui diversos significados e importância de acordo com a sociedade na qual está inserida. Ela é tema de produções literárias, de projetos sociais, de políticas de governo e de Estado, de propaganda e, também, objeto da pesquisa histórica. No que tange ao nosso recorte temporal, que vai de 1937 até 1945, podemos perceber que a família, enquanto instituição social, foi

muito citada, por vezes objeto de uma atenção restrita. Porém, não se pode dizer que foi o centro de uma construção específica.

As questões históricas ganham corpo e também validade de acordo com a nossa percepção atual sobre tempos passados. Conjuntamente, questões atuais podem nos levar à formulação de perguntas novas sobre temas que já foram trabalhados anteriormente, ou até mesmo que não foram objeto de atenção mais detalhada. Este é o caso da família. Podemos citar como fontes de análise discursos oficiais, Planos Nacionais de Ensino⁹, Projetos de Lei¹⁰, propaganda política¹¹ e a utilização de jornais, sendo todos estes instrumentos que foram utilizados pelo projeto de poder do Estado Novo tendo em vista a cooptação da família (principalmente da classe trabalhadora) para o seu projeto político.

Ali, talvez pela primeira vez, o Estado brasileiro tenha se articulado burocrática e institucionalmente de forma tão contundente no sentido de realizar políticas públicas voltadas para o atendimento de setores da sociedade. Ao mesmo tempo, todos esses elementos podem servir como fontes para um projeto de pesquisa histórica tendo como objeto principal a família e obedecendo aos pressupostos de um novo olhar sobre o tema. Antoine Prost (1996, p. 18), estabelecendo questionamentos sobre a prática do historiador e da pesquisa histórica e, do mesmo modo, discutindo sobre a pertinência social e científica das questões históricas, nos auxilia em nossa argumentação, quando nos diz que uma pesquisa histórica pode ser “considerada legítima se tiver sido construída a partir de fontes” e de que “se levou em consideração as últimas aquisições da pesquisa. (...)”, quando “ocorre que ela pode ser também pertinente, ao renovar a problemática, para não citar a documentação.”¹².

O que nos importa nesta construção, diz respeito a um novo olhar sobre um tema já trabalhado historiograficamente. Para dar conta deste propósito, realizaremos um esforço no sentido de explicitar a família comum, trabalhadora, não aquela que age a partir do centro do poder ou até mesmo o constitui, mas sim aquela que se torna visada por um projeto de poder, como passível de ser instrumentalizada através de políticas públicas e de todo um arcabouço

⁹ Ver o Plano Nacional de Ensino de 1936/1937.

¹⁰ Decreto-Lei nº 3.200 de 19 de abril de 1941.

¹¹ Criado em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) monopolizou toda a propaganda e a publicidade do Governo Vargas, tendo papel central na propaganda ideológica, além de atuar como órgão de censura. Sobre isto, ver de forma mais aprofundada em: KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1994.

¹² PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

simbólico instituído. Estes grupos sociais, imersos em uma realidade de expansão capitalista no Brasil, sofreram com as mudanças rápidas. Por um lado, adaptações culturais que se fizeram necessárias ao reajustamento da Sociedade Brasileira dos anos trinta. Período este que exibiu um fulgor mudancista. Foi preciso com que uma grande parcela da sociedade, mais precisamente a classe trabalhadora, se adequasse às condições de desenvolvimento econômico e cultural do Brasil. Os ecos da Semana de Arte Moderna de 1922 ainda se faziam presentes. A intelectualidade brasileira acreditou estar ibuída de uma obrigação moral e cívica com o desenvolvimento nacional. O autoritarismo, por muitas vezes, foi considerado um instrumento ótimo para a promoção deste desenvolvimento. Por outro lado, o discurso de trabalho promovido por Getúlio Vargas, buscou a conformação da força de trabalho brasileira aos seus pressupostos nacionais desenvolvimentistas. Para isto não seria suficiente apenas o controle do chão de fábrica. Por outro lado, a instituição de regramentos de hábitos sociais e culturais se fez presente. A moradia, a alimentação e a saúde do trabalhador também transformaram-se em questão de Estado.

É, neste sentido, que se faz importante o entendimento da família enquanto um grupo social histórico. A configuração do que entendemos por família é muito variada, inclusive em um mesmo contexto histórico. Muitos são os fatores que podem exercer influência nestas configurações distintas. Podemos evidenciar diferenciações culturais, econômicas, sociais, etc. Isto considerando até mesmo regiões de um mesmo país e, também, em condições de estabilidade política razoável. Porém, o que nos preocupa é certo agrupamento de pessoas que vivem sob uma mesma habitação, exibindo união através de laços de parentesco sanguíneo ou através de convenções sociais. São esses grupos os que são considerados pelos governos políticos e que são objeto de atenção por parte dos mesmos. Não nos esqueçamos que, incluso, em uma “família” temos trabalhadores, homens, mulheres, crianças, idosos, votantes, enfim, atores sociais que atuam nas mais diversas esferas da sociedade e dos modos mais variados, do mesmo modo que estão estabelecidos de uma forma próxima, exibindo a possibilidade de se auto- influenciarem, sendo, assim, um objeto interessante para fins de intervenção política e social por parte do Estado.

Diante disso, julgamos que a abordagem do tema através de uma nova perspectiva que lhe dê maior importância, complexificando-a enquanto instrumento para a ação política do governo estado-novista, pode ser digna de relevância historiográfica, pois nos ajudaria a compreender de forma mais ampla, tanto o período em questão, quanto os mecanismos de

ação de um governo autoritário e ditatorial como foi o de Getúlio Vargas.

REFERÊNCIAS

CASTANHO, Maria Amélia Belomo. A família nas constituições brasileiras. **Argumenta-UENP**, Jacarezinho, n. 17, p. 181-204, 2012.

DIAS, Maria Olívia. **A família numa sociedade em mudança**: problemas e influências recíprocas. In. *Gestão e Desenvolvimento*, 9 (2000), p.81-102.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo Vainfas (orgs.). **Dominios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONSECA, Cláudia. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **BIB**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 27, p. 51-73, 1 sem. 1989.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975

FUKUI, Lia F. G. **Estudos e pesquisa sobre família no Brasil**. Revista BIB, n.10, Rio de Janeiro, 1980.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul**: imposição e resistência. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS, 1994

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. A História da família no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 17, p. 07-35, set. 88/fev. 89.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. **História Revista**, 2(2): p. 7-21, jul/dez. 1997.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. **Psicologia USP**, São Paulo, 3 (½), p.69-76, 1992.

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas teóricas. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, 2000.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Edições do Senado Federal, v. 27. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005.

Bibliografia consultada

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: USC, 2001.

SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.